



Política Institucional de Auditoria Interna

I – Objetivo

Estabelecer diretrizes, conceitos e competência para o exercício da função e gestão do processo de Auditoria Interna cuja finalidade é contribuir com o fortalecimento da gestão corporativa pelo aprimoramento de processos e controles internos, visando à melhoria organizacional por meio de avaliações independentes e realizadas com base nos principais riscos, para que a organização cumpra seus objetivos.

II – Abrangência

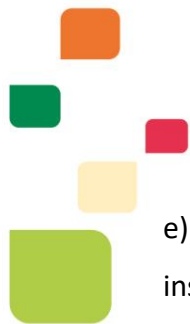
As diretrizes estabelecidas nessa Política aplicam-se a todos os colaboradores e terceiros que estão direta ou indiretamente envolvidos com o processo de auditoria interna.

III – Diretrizes

1. Escopo da Auditoria de controles internos e riscos

1.1 Na Unimed Presidente Prudente, a área de Auditoria interna, no que tange ao processo auditoria interna é responsável pela avaliação dos processos da governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e conformidade regulatória. Isso inclui:

- a) Realizar auditorias focadas em gestão de riscos, controles e conformidade regulatória, fornecendo avaliação independente e identificação de melhorias nos processos;
- b) Assegurar a conformidade com leis e regulamentos emanados por órgãos reguladores e aderência às normativas internas estabelecidas pela organização;
- c) Orientar a Administração com relação à Governança, gestão de riscos e controles internos, quando apropriado;
- d) Realizar trabalhos de auditoria específica; e



- e) Investigar denúncias recebidas do canal de ética, quando acionado pela instância competente.

2 Responsabilidades e Vedações

2.1 A atuação da Auditoria Interna é independente, visando assegurar a aderência dos processos aos instrumentos organizacionais e dispositivos legais, agregando valor por meio das recomendações de melhorias e correções de eventuais fatos identificados em não conformidade seja com relação às normativas internas e externas, aos valores da Cooperativa e/ou que possam resultar na materialização dos riscos.

2.2 A Auditoria Interna não tem nenhuma responsabilidade operacional ou autoridade sobre qualquer atividade auditada, podendo atuar de forma educativa no auxílio das recomendações de melhorias e correções, visando o desenvolvimento dos processos e controles internos, sendo vedada a participação de auditor em seus próprios processos ou em processos nos quais tenha atuado nos últimos 6 meses.

2.3 Os colaboradores da área de Auditoria interna, devem ter sua conduta pautada nos seguintes princípios em complemento as determinações do Código de conduta vigente na Unimed Presidente Prudente:

- a) **Integridade:** a integridade dos auditores internos cria confiança e, assim, proporciona a base para a credibilidade do seu julgamento, devendo agir com integridade ao relacionar-se com os diversos públicos;
- b) **Objetividade:** os auditores internos devem demonstrar o mais elevado nível de objetividade durante a coleta, avaliação e comunicação da informação relacionada com a atividade ou o processo a ser examinado. Devem realizar uma apreciação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes e não devem ser influenciados pelos seus próprios interesses ou de terceiros na formulação dos julgamentos;
- c) **Confidencialidade:** os auditores internos devem respeitar o valor e a propriedade das informações que recebem e não devem revelá-las sem a devida



autorização, a não ser que exista uma obrigação legal e/ou profissional que assim o determine;

d) Competência: os auditores internos devem aplicar o conhecimento, a habilidade e a experiência necessárias para o desempenho das suas funções;

e) Responsabilidade e Prestação de Contas: os auditores internos são responsáveis pelo seu próprio desempenho e devem prestar contas dos resultados das suas atividades ao nível hierárquico adequado, assim como ser auditados pela auditoria independente;

f) Respeito: os auditores internos devem respeitar a segurança e a dignidade de todos os informantes e de todos os que se envolverem no processo de auditoria; e

g) Independência e imparcialidade: os auditores internos devem ser independentes e imparciais na execução do seu trabalho, para garantir que os próprios interesses ou de terceiros não influencie na sua análise.

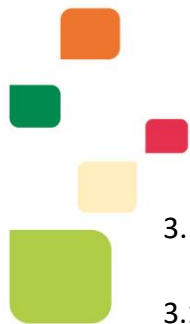
2.4 No que tange as áreas de negócio auditadas essas terão como principais responsabilidades no processo de auditoria interna:

a) Disponibilizar tempestivamente à equipe de auditoria interna as informações e os dados requisitados necessários à realização dos trabalhos;

b) Analisar os relatórios de Auditoria interna;

c) Elaborar plano de ação em resposta às recomendações de auditoria ou justificar os motivos pelos quais as mesmas não serão implementadas; e

d) Implementar as ações previstas no plano de ação dentro do prazo estabelecido e, em caso de não cumprimento, justificar tempestivamente à área de Auditoria interna a necessidade da prorrogação, assim como comunicar à sua respectiva Diretoria.



3. Atribuições gerais

3.1 As auditorias internas devem ser realizadas de acordo com o Plano de auditoria previamente estabelecido e aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, assim como em observância aos padrões para o exercício profissional das atividades de auditoria interna emanados do Instituto de Auditores Internos (IIA) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

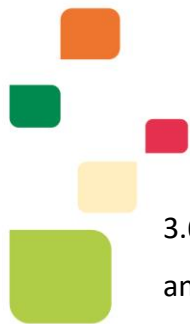
3.2 O Plano de auditoria interna deve considerar todos os fatores de riscos relevantes das áreas estratégicas, processos, produtos, assim como às diretrizes da Administração. Outros fatores poderão ser considerados na elaboração do plano, tais como data da realização da última auditoria, ações de correção/melhorias em andamento ou implantadas e existência de controles.

3.2.1. O Plano de auditoria interna pode ser ajustado, conforme necessidade, em resposta a mudanças no negócio, riscos, operações, sistemas e controles da organização, devendo para tanto informar ao nível hierárquico adequado, assim como, em caso de desvio significativo, apresentar justificativa ao Conselho de Administração.

3.3 Para o exercício das atividades de Auditoria interna os auditores terão livre acesso às informações, registros, documentos, propriedades, colaboradores e terceiros ligados à organização no que se refere ao escopo da auditoria, ou análise de demandas específicas atribuídas à equipe de Auditoria.

3.4 Os resultados dos trabalhos devem ser comunicados, por meio de relatórios que primem pela qualidade da informação e em observância aos atributos de tempestividade, concisão, coerência, objetividade, precisão, completude e linguagem inteligível e apropriada.

3.5 O Relatório de auditoria interna, com a descrição dos fatos constatados e recomendações, deve ser entregue, com tempestividade, ao Diretor e gestor da área auditada, assim como ao Diretor Presidente.



3.6 Ao Conselho de Administração os relatórios deverão ser reportados no mínimo anualmente e de maneira consolidada, através do Relatório anual de auditoria interna.

3.7 Ao Conselho Fiscal os resultados dos trabalhos deverão ser comunicados de acordo com o calendário prévio das reuniões definidas por esse Conselho, após conhecimento prévio da Diretoria Executiva.

3.8 Para os casos em que a auditoria interna for solicitada para análise de novos projetos e/ou auditorias específicas, o relatório contendo os fatos apurados deve ser entregue ao Diretor Presidente e ao demandante.

3.9 As oportunidades de melhoria e não conformidades elencadas nos relatórios de Auditoria interna devem ser tratadas pelas áreas auditadas, por meio da elaboração e implementação de planos de ação, no intuito de aperfeiçoar os processos e controles, devendo para tanto previamente deliberar as ações com o respectivo Diretor da área auditada.

3.10 Para acompanhar a eficácia das ações de correção/melhorias implantadas e auxiliar na Gestão de riscos, o follow-up das auditorias deve ser realizado no mínimo anualmente, e o status das ações implantadas ou não, devem ser reportadas periodicamente ao Conselho de Administração para conhecimento e tomada das devidas providências junto a área auditada.

3.11 Os resultados dos trabalhos da Auditoria interna devem ficar à disposição da Auditoria externa e das entidades de fiscalização e controle, nos casos previstos na legislação aplicável. Para terceiros, não especificados nessa Política, os resultados deverão ser disponibilizados apenas mediante deliberação formal do Conselho de Administração.



4. Coordenação da atividade de auditoria interna com outros profissionais de auditoria

4.1 A área de Auditoria interna, poderá solicitar a contratação de especialistas externos, quando verificarem a necessidade de conhecimento específico para complementar a realização dos exames, avaliações ou análises de assuntos técnicos.

4.2 A solicitação para contratação de serviços externos de auditoria deverá ser direcionada ao Conselho de Administração, órgão ao qual competirá à deliberação ou não pela mesma.

4.3 A área de Auditoria interna, deverá acompanhar as auditorias externas específicas, bem como, realizar o monitoramento junto às áreas responsáveis do andamento das ações de melhorias ou correções decorrentes das recomendações das respectivas auditorias.

4.4 Poderá também, por deliberação da Diretoria Executiva, realizar o acompanhamento dos trabalhos de auditoria independente das demonstrações financeiras.

4.5 Os processos da auditoria interna, serão submetidos a auditoria externa, visando atender a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

5. Revisão da qualidade e melhoria contínua

5.1 O responsável pela Auditoria interna deve desenvolver e manter um programa de garantia da qualidade e melhoria que inclua todos os aspectos da atividade de auditoria interna, de acordo com os padrões estabelecidos pelo Instituto de Auditores Internos (IAI), devendo essa ser composta por avaliações internas e externas, sendo essa última realizada mediante deliberação do Conselho de Administração.



6 Disposições Finais

6.1) Colaboradores, fornecedores e/ou outras partes interessadas que observarem desvios às diretrizes desta Política, devem relatar o fato ao Canal de ética da Cooperativa ou comunicar de imediato a área de Gestão de riscos e Compliance sobre qualquer fato relevante ou situação de risco à Unimed Presidente Prudente.

6.2 O descumprimento das diretrizes desta Política enseja na aplicação de medidas de responsabilização àqueles que a infringirem de acordo com a gravidade do ato.

6.3 Essa política entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração, e será revisada em até 12 meses sempre que houver mudança na gestão, sendo passível de alteração ou atualização sempre que constatada a sua necessidade, sendo responsáveis pela mesma as seguintes áreas:

Responsável	Área	Data
Elaboração	Auditoria Interna	20/05/2020
Revisão	Comitê de Governança Corporativa	18/08/2020
Aprovação	Conselho de Administração	16/09/2020
2ª Revisão	Comitê de Governança Corporativa	31/01/2022
2ª Aprovação	Conselho de Administração	30/03/2022

IV – Siglas e definições

Administradores: todas as pessoas naturais, residentes no país, eleitas, nomeadas ou designadas para os cargos de diretor, administrador ou conselheiro do conselho de administração, ou órgão assemelhado, independentemente da nomenclatura e do tipo societário da qual façam parte.

Auditoria específica: atividade extraordinária de auditoria demandada pela Administração, Comitê de Conduta ou solicitação dos demais setores.

Auditoria Interna: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.



Conselho Federal de Contabilidade – CFC: autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público que tem, dentre outras finalidades, nos termos da legislação em vigor, principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Instituto de Auditores Internos - IIA: associação profissional de fins não econômicos, que presta serviços de formação, capacitação e certificação profissional para seus associados.

Plano de Auditoria Interna: documento no qual se comunica e formaliza as ações a serem desenvolvidas pela área de Auditoria interna, durante o exercício social.

Relatório anual de Auditoria Interna: instrumento de comunicação no qual constam os resultados consolidados das atividades realizadas ao longo do exercício pela área de Auditoria Interna.

Relatório de Auditoria Interna: instrumento de comunicação no qual constam as principais análises realizadas durante os trabalhos de auditoria interna, assim como os respectivos resultados, recomendações de melhorias e necessidades de adequação das deficiências e não conformidades detectadas.

